

**ATA DA 21ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE  
PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS,  
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF.**

**DATA:** 31/01/2003      **Início:** 9:50 hs    **Término:** 17:00 hs

**PARTICIPANTES :**

Ministério do Meio Ambiente: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)  
Ministério dos Transportes: (ausência)  
Agência Nacional de Águas – ANA: Célia Cristina Moura Pimenta (celiacristina@ana.gov.br)  
Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL: Diógenes Mortari (diogenes@aneel.gov.br)  
Conselhos Estaduais Região Sul: (ausência justificada)  
Conselhos Estaduais Região Sudeste: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)  
Conselhos Estaduais Região Centro-oeste: (ausência)  
Conselhos Estaduais Região Nordeste: (ausência)  
Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Marcelo de Deus Melo (mdeus@cemig.com.br)  
Irrigantes: (ausência)  
Indústrias: Marcelo Taylor de Lima – CVRD (marcelo.taylor@cverd.com.br)  
Setor Hidroviário: José Di Bella (di\_bella@uol.com.br)  
Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Edilson de Paula Andrade (ceivap@ceivap.org.br)

**CONVIDADOS:**

Célia Regina Buono Palis Poeta – CETESB/SP (celiap@cetesb.sp.gov.br)  
Décio Michellis Jr. – Grupo Rede / Enerpeixe (rela@zaz.com.br)  
Maurício Andrés Ribeiro – ANA (mauricio.andres@ana.gov.br)  
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)  
Rosa H. de O. Martins – CETESB/SP (rosam@cetesb.sp.gov.br)

**RELATORES:**

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)  
Rachel Landgraf de Siqueira (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às 9:50 horas do dia trinta e um de janeiro do ano de dois mil e três, a Dra. Leila abriu a 21ª Reunião desta Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras (CTPOAR), do CNRH. Agradeceu a presença de todos e relatou a aprovação, sem emendas, ocorrida na VIII Reunião Ordinária do CNRH, da proposta de resolução sobre “Diretrizes para a outorga de uso dos recursos hídricos para o aproveitamento dos recursos minerais”; parabenizou a todos pelo trabalho realizado. Em seguida, referindo-se à pauta (**Anexo I**), solicitou a aprovação da ata da reunião anterior; a mesma foi aprovada com modificações. Dando prosseguimento, solicitou à Dra. Célia Poeta que iniciasse a apresentação da proposta de resolução em elaboração no Grupo de Trabalho da Câmara Técnica de Controle Ambiental - CTCA, do CONAMA, que dispõe sobre a compatibilização dos procedimentos de outorga e licenciamento ambiental (**Anexo II**). Solicitou que a Dra. Célia Poeta iniciasse com um histórico para em seguida apresentar a minuta em discussão. A Dra. Célia Poeta agradeceu o convite para a apresentação e disse esperar que fosse o início de processo de integração entre as Câmaras Técnicas dos dois Conselhos. O Dr. Maurício lembrou que a iniciativa de criação do GT para tratar do assunto foi da ANA. A Dra. Leila falou de que a intenção desta apresentação seria pensar forma de participação de membros da CTPOAR nos trabalhos do GT do CONAMA. A Dra. Célia Poeta destacou a necessidade de consulta jurídica sobre a forma de trabalho conjunto entre os Conselhos: articulação ou vinculação? O Dr. Décio disse que os procedimentos contidos na minuta de resolução criariam vínculos que poderiam propiciar o enquadramento da questão da outorga de uso da água na Lei de crimes ambientais. A Dra. Célia Cristina ressaltou que a proposta de resolução foi motivada pela necessidade de vinculação entre os

procedimentos licenciatórios dos setores ambiental e de recursos hídricos; disse ainda que a possibilidade de enquadramento sempre existiu. O Dr. Décio observou então que, dessa forma, o fato de um usuário não possuir outorga de uso da água seria passível de enquadramento como crime ambiental. A Dra. Célia Cristina esclareceu que, para o caso de ocorrer poluição das águas, a resposta seria afirmativa. Neste momento, a Dra. Célia Poeta retornou à apresentação propriamente dita, com a leitura da minuta de resolução e comentários específicos sobre cada artigo. Após o término, o Dr. Marcelo Taylor disse que apenas soube da reunião do Grupo de Trabalho, articulada pelo CONAMA, após o início da realização dos trabalhos. As Dras. Célia Cristina e Célia Poeta afirmaram ter dado ampla divulgação. A Dra. Patrícia Boson lembrou o aspecto da transversalidade citada pelo Dr. João Bosco. Diante desse discurso, disse se sentir assustada pelo fato que “debaixo de um mesmo guarda-chuva” existam diretrizes diferentes. Concluiu que a proposta não estaria boa, na forma apresentada, e externou o receio do conceito de outorga ser desvirtuado dentro do CONAMA: a outorga é ato precário, o licenciamento não. A Dra. Célia Poeta afirmou que a proposta da resolução não seria transformar a outorga em licença, nem tampouco normatizar a outorga. Para esse assunto foi dado o seguinte encaminhamento: a Câmara deveria enviar manifestação ao Secretário Executivo do CNRH sugerindo que fossem levantados todos os trabalhos existentes (grupos de trabalhos e câmaras técnicas) que implicassem em sobreposição de atribuições dos Conselhos. A Dra. Leila citou, como exemplo, a dificuldade, no estado de São Paulo, da instância meio ambiente aceitar decisões técnicas ou legais da instância específica de recursos hídricos, e vice-versa. A Dra. Patrícia Boson lembrou que “enquadramento” é outro tema que precisa ser objeto de integração de trabalhos dos dois conselhos; disse que o enquadramento não se resumiria em estabelecer padrões e argumentou que o Dr. João Bosco precisaria estabelecer uma agenda de trabalho articulada CNRH e CONAMA. O Dr. Maurício também sugeriu que o Grupo de Trabalho que estaria revisando a Resolução CONAMA nº 20 viesse apresentar seus trabalhos na Câmara. Às 12:00 horas, o Dr. João Bosco chegou à reunião e obteve da Dra. Leila as informações do que estava sendo discutido. O Secretário comentou que já houve um primeiro contato com a Secretaria Executiva do CONAMA para que se formalizasse a integração e que, inclusive, ocorreu a proposta de realização de plenárias em conjunto, com pautas específicas e/ou pautas integradas. Disse que esta resolução apresentada hoje pela Dra. Célia Poeta seria um exemplo da necessidade de construção de estratégia de integração entre os dois Conselhos. Citou também como exemplo a elaboração de resolução sobre disponibilidade hídrica para geração de energia (a ser transformada em outorga de uso da água), em andamento no âmbito do MME e com participação única da ANA representando o setor de recursos hídricos. A Dra. Leila lamentou a ausência de representantes dos órgãos gestores estaduais na elaboração da supracitada proposta de resolução. O Dr. João Bosco aceitou a proposta da CTPOAR no sentido de elaboração de documento a ser encaminhado a Secretaria Executiva do CNRH informando que trabalhos que estão em discussão nas CTs do CONAMA, ou outros ministérios, e que tem interface com a gestão de recursos hídricos, entre elas a hoje aqui apresentada, e outras como a proposta de resolução sobre dragagem em leitos de rios e a de reservatórios. Disse que este documento deverá solicitar a integração dos trabalhos em andamento. O Dr. Roberto indicou que a correspondência deveria ser entre Secretários Executivos e com destaque para uma agenda de trabalho integrada. A Dra. Leila destacou a importância do questionamento jurídico sobre a possibilidade de elaboração e publicação de resoluções conjuntas ou retiratificadas. A Dra. Célia Cristina disse que, numa primeira análise, alguns aspectos como a possibilidade de voto dobrado, impediriam esta pretensão. O Dr. João Bosco retornou à sua explanação e falou das três diretrizes básicas pretendidas pela Ministra no direcionamento dos trabalhos do MMA: a questão do controle social, que visa a participação e engajamento da sociedade na questão ambiental e que passa pelo fortalecimento de fóruns como os conselhos e comitês; a transversalidade na

109 implementação da política ambiental de governo, de forma a permear todos os ministérios,  
110 além do próprio MMA internamente; e, a busca do desenvolvimento sustentável,  
111 procurando instruir “como fazer” em detrimento do “não pode fazer”. Prosseguiu falando  
112 sobre o encaminhamento para publicação da proposta de Decreto, aprovada pelo Conselho,  
113 que altera o Decreto nº 2.612, de 1998, aumentando o número de membros do CNRH; disse  
114 que a meta pretendida será, na Semana da Água, em março, a realização de reunião do  
115 CNRH para dar posse aos novos 57 membros. Falou também sobre o Edital, publicado neste  
116 dia de hoje, contendo a convocação para realização das assembléias para indicação dos  
117 novos representantes dos setores usuários e das organizações civis de recursos hídricos, no  
118 CNRH. Citou ainda a pretensão de assinatura do Decreto de criação da Agência de Água do  
119 CEIVAP; destacou que esforços seriam realizados para transmissão pela televisão das  
120 reuniões do CNRH e do CONAMA. O Dr. Roberto salientou que as notícias teriam sido  
121 altamente significativas. O Dr. Marcelo Taylor parabenizou o Dr. João Bosco pela sua  
122 indicação ao cargo de Secretário de Recursos Hídricos do MMA, desejou sucesso nos  
123 trabalhos e salientou a qualidade das notícias trazidas; disse que o setor das indústrias, por  
124 ele representado nesta CTPOAR, pretende ser parceiro na construção do programa de  
125 recursos hídricos. O Dr. João Bosco agradeceu a atenção dispensada por todos e se retirou.  
126 Em seguida, a Dra. Leila propôs pausa para almoço, às 12:40 horas. O retorno ocorreu às  
127 14:30 horas, quando a Dra. Leila solicitou ao Dr. Diógenes que explanasse sobre os  
128 trabalhos de elaboração da proposta de resolução de “Critérios gerais para outorga de uso  
129 dos recursos hídricos para implantação de barragens” (**Anexo III**), mais especificamente  
130 suas colocações sobre as consequências da atual conjuntura do setor elétrico sobre a  
131 continuidade dos trabalhos. O Dr. Diógenes disse que a mudança de cenário político poderia  
132 provocar mudanças estruturais no setor elétrico e, desta forma, a ANEEL estaria esperando  
133 definições vindas do MME sobre várias questões, inclusive com relação à outorga do  
134 potencial hidráulico; entretanto, disse concordar que isso não impediria a continuidade das  
135 discussões sobre a proposta de resolução. O Dr. Roberto opinou que a forma de trabalho do  
136 CNRH e suas CTs estaria plenamente ajustada com as novas diretrizes de governo; disse  
137 que a integração seria um dos pontos privilegiados. O Dr. Diógenes argumentou que, em  
138 relação aos procedimentos de inventário e concessões, poderão ocorrer sofrer mudanças. A  
139 Dra. Célia Cristina disse que as instituições federais e estaduais, de um modo geral,  
140 estariam sofrendo mudanças desse tipo; destacou o caráter ético da atitude do Dr. Diógenes.  
141 A Dra. Leila propôs a continuidade dos trabalhos, com a ressalva de que a resolução não  
142 deveria ser finalizada antes de maiores definições vindas dos setores elétrico e de recursos  
143 hídricos. A proposta foi aprovada e o Dr. Diógenes sugeriu o prosseguimento das  
144 discussões sobre a resolução, sempre com a lembrança das ponderações inicialmente feitas.  
145 O Dr. Marcelo Taylor, por sua vez, solicitou que fosse discutida a questão dos trabalhos  
146 conjuntos a serem executados pela CTPOAR e CTAS, através de Grupo de Trabalho criado  
147 para discutir a questão da gestão das águas minerais e das águas subterrâneas. A Dra. Leila  
148 falou que teria sido recomendado, na última reunião do CNRH, que o GT citado iniciasse os  
149 trabalhos, apesar da existência de Grupo Executivo específico para o assunto, criado pelo  
150 Decreto de 8 de julho de 2002; disse que teriam sido indicados cinco participantes pela  
151 CTAS e que a CTPOAR deveria, neste momento, também fazê-lo. O Dr. Marcelo Taylor  
152 esclareceu que seriam cinco membros e que não se tratava de limite de participantes.  
153 Habilitaram-se a participar: Dr. Roberto (SRH/MMA), Dr. Edílson (Comitês/CEIVAP), e  
154 ainda representantes a serem indicados pela indústria (ABINAM), ARBRAC e IGAM. Foi  
155 solicitado o encaminhamento de convite aos órgãos de meio ambiente assim como aos  
156 órgãos gestores estaduais, além da CPRM. Ficou acertado que a próxima reunião da  
157 CTPOAR será realizada no dia 18 de fevereiro próximo como forma de facilitar a  
158 participação dos presentes na 1ª reunião do GT, agendada para o dia seguinte, 19 de  
159 fevereiro. A Dra. Leila aproveitou para lembrar que a CTPOAR se reunirá com nova

composição, conforme Resolução CNRH nº 31 (**Anexo IV**), e que conseqüentemente, ocorrerá eleição para presidência. Assim sendo, foi retomada a discussão sobre a proposta de resolução, que originou a versão 5 (**Anexo V**). Durante as discussões, o Dr. Diógenes esclareceu que a intenção seria elencar as diretrizes que deveriam ser seguidas por um empreendedor que pretendesse construir uma barragem para qualquer finalidade. Foi também ressaltado que o texto da resolução deveria ser organizado de forma a mostrar um melhor ordenamento e ainda, que fosse listado o conteúdo mínimo dos estudos técnicos a serem apresentados ao órgão outorgante. O Dr. Marcelo de Deus e a Dra. Patrícia se comprometeram a apresentar uma nova versão da proposta de resolução objetivando, principalmente, um ordenamento lógico dos artigos; o Dr. Luiz Cláudio deverá encaminhar a versão gerada nessa reunião a ambos, com brevidade. A Dra. Leila encaminhará redação para novo inciso do artigo 3º, incluindo a importância da consulta aos Planos de bacias hidrográficas. Ficou acertado que, posteriormente, o Dr. Luiz Cláudio enviará as versões recebidas ao Dr. Diógenes e ao Dr. Roberto. Com relação à correspondência solicitada pelo Dr. João Bosco, a Dra. Leila e o Dr. Luiz Cláudio se comprometeram a redigi-la. Neste momento, às 17:00 horas, a Dra. Leila agradeceu o trabalho de todos e encerrou a reunião.

Aprovada na 22ª Reunião, realizada em 18 de fevereiro de 2003.

LEILA CARVALHO GOMES

Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO  
RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA

Relatores